Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA ENERGIA
Serviço de Notícias - INFRAEnergia
Brasília, "22:35:40" de fevereiro de "2018 5:0"
edição 51

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição do INFRAEnergia: Comissão do Novo Setor | Aneel | Diário Oficial | Fique de Olho | Clipping

COMISSÃO ESPECIAL DO NOVO MODELO ELÉTRICO SERÁ CRIADA NA CÂMARA NA PRÓXIMA SEMANA

Leila Coimbra, da Agência INFRA -
O deputado Fábio Garcia (DEM-MT), que será o relator do projeto de lei do novo modelo elétrico na Câmara, deu início à criação da Comissão Especial para a análise da proposta. O colegiado deve ser instalado na próxima semana.

Garcia apresentou, nesta quarta-feira (21), um requerimento, disponível neste link, pedindo que o projeto de lei 1917/2015, que trata da portabilidade das contas de energia, passe por várias comissões na Câmara. Pelo regimento da Casa, quando uma proposta precisa de avaliação de mais de três comissões e há urgência na sua aprovação, cabe a formação de um grupo especial para a sua aprovação. Isto acelera consideravelmente a sua tramitação e aprovação no Legislativo.

Texto do MME será anexado ao PL 1917
O movimento feito pelo deputado Fabio Garcia está dentro da estratégia do MME (Ministério de Minas e Energia), de anexar o texto elaborado pela pasta a um projeto do Congresso. O ministro Fernando Coelho Filho disse que o objetivo é repetir o movimento que foi feito com o Renovabio no ano passado.

Ainda na Casa Civil
O ideal amanhã acordou no setor elétrico diante da demora da Casa Civil de encaminhar o projeto de lei com o modelo para o Congresso. O MME enviou à Casa Civil a minuta do texto no dia 9 de fevereiro, para que fosse, por sua vez, encaminhado ao Legislativo. Mas o projeto permanece na gaveta esperando sua vez.

Vale lembrar que a Medida Provisória 814, editada dia 28 de dezembro de 2017, foi enviada pelo MME à Casa Civil dois meses antes de seu encaminhamento ao Legislativo. Quando finalmente a MP foi publicada no DOU (Diário Oficial da União), seu texto era diferente do elaborado inicialmente pela área técnica de Minas e Energia. A equipe elétrica do governo preferiu não correr esse risco desta vez.

Cronograma por água abaixo
O texto com a reestruturação do setor, feito com base na Consulta Pública nº 33, propõe um calendário assertivo, com datas concretas para que as mudanças nas regras ocorram. Se não for aprovado neste ano, todo esse calendário fica comprometido, diz uma fonte do governo. E isso traz imprevisibilidade e afugenta novos investimentos em energia. "Precisa ser aprovado em 2018, impreterivelmente", disse a autoridade.

Prazo para aprovação: quatro meses
O calendário eleitoral de 2018 expressa o cronograma legislativo, que acaba se concentrando no primeiro semestre. Não há praticamente sessões no Congresso Nacional a partir de julho, quando agenda política é a eleição. Portanto, em apenas quatro meses toda a agenda econômica prioritária do governo precisa ser aprovada. É um desafio.

Poderia ter sido medida provisória
Diante da importância do tema, o governo tinha inicialmente como objetivo encaminhar as novas regras via Medidas Provisórias - isso quando o novo modelo foi concebido, há pouco mais de um ano. Essa ideia foi sendo abandonada diante dos obstáculos políticos e optou-se pelo envio ao Legislativo por projeto de lei. O mesmo ocorreu com a privatização da Eletrobras.

Mas projetos de lei, ao contrário das MPs, não possuem força de lei imediatamente após a sua publicação no DOU. Só passam a valer após aprovação no Congresso. E as MPs possuem prazo para apreciação de deputadas e senadores: máximo de 120 dias. Já os PLs podem ficar pulando de comissão em comissão por anos.

voltar para o topo

ALELUIA: AGÊNCIA QUE ADMINISTRARÁ RECURSOS DA CHESF SERÁ SEMELHANTE AO ONS

Leila Coimbra, da Agência INFRA -

O deputado José Carlos Aleluia, relator do projeto de privatização da Eletrobras, disse nesta quarta-feira (21) que prevê uma agência semelhante ao ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) para administrar os recursos para a revitalização da bacia do São Francisco.
"É a administração semelhante ao ONS. Não é um cabide de emprego. É privado com interesse público", disse o deputado a jornalistas após encontro com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr. na sala da residência oficial da presidência da Câmara.
Segundo Aleluia, a comissão para analisar do projeto de privatização da estatal ainda não foi instalada porque as partidas ainda não fizeram o número suficiente de indicações que atingiu este o quórum mínimo de 19 integrantes. "Hoje temos cerca de 10 indicações e acredito que teremos número suficiente na próxima semana".

voltar para o topo

DIÁRIO OFICIAL

Resultado - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) lista as empresas que ganharam leilão para transmissão de energia elétrica pela menor receita anual permitida a integrar o SIN (Rede Básica do Sistema Interligado Nacional). A lista completa está disponível aqui.
CCEE - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autorizou a Vento Energia a atuar como agente comercializador na CCEE através do Despacho 269 da Superintendência de Concessões e Autorizações.
Cacoa - A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, através da Portaria 54, delibera em 0,56 MW médios a incremento de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Santo Antônio de Cacoa (RS).
Raesli - A Hidrelétrica Divina SA foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a se enquadrar no Reidi (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura).

voltar para o topo

FIQUE DE OLHO

Eletrobras - O relator do projeto de lei da privatização da Eletrobras, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), quer garantir a manutenção e independência da Cepel (Centro de Pesquisa da Eletrobras) e uma compensação pela exploração do Rio São Francisco, a partir da criação de uma agência exclusivamente responsável pela revitalização do rio.

Renovabio - A geração de energia por aproveitamento energético pela degradação dos resíduos sólidos (aterros sanitários) pode contribuir para o compromisso de reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e aumentar para 18% a produção de biocombustíveis na matriz energética. A Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis), deve fevorecer os combustíveis com menor emissão de CO2, entre eles o biogás que é produzido pela decomposição do resíduo orgânico. A solução apresentada é valorização do biogás com remuneração extra pelo serviço ambiental, de acordo com o CBIO (Crédito de Descarbonização), que uns se metas de redução de emissões e a avaliação por ciclo de vida de cada produtor de biocombustível.

Leilão de Energia Nova - A EPE (Empresa de Pesquisa Energética) disponibiliza, na área de leilões de energia, o caso base com os arquivos de dados para os modelos NEWAVE e SUISHI, utilizados no cálculo das Garantias Físicas de Energia das empreendimentos hidrelétricos e termelétricos com CVU diferente de zero, para participação no Leilão de Energia Nova A-4/2018. A EPE também divulgou a revisão da nota técnica do ONS (Operador Nacional do Sistema), contendo os quantitativos da capacidade de escoamento de energia elétrica de todos os barramentos da Rede Básica, DIT (Demais Instalações de Transmissão) e ICG (Instalações Compartilhadas de Geração) indicados pelos empreendedores no Sistema AEGE no ato do cadastramento deste leilão.

voltar para o topo

CLIPPING

RELATOR JÁ PROJETA TRÊS MUDANÇAS NO PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS
Futuro relator do projeto de privatização da Eletrobras, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) afirmou que prevê pelo menos três ajustes na proposta do governo para privatizar a estatal: a criação de agência para coordenar os projetos voltados para a revitalização do rio São Francisco, aumentar os repasses para a transposição do rio e dar novo tratamento ao centro de pesquisa da empresa, o Cepel. (Valor)

AVANÇO DA PROPOSTA EXPLICA CALMA NO MERCADO FINANCEIRO
A situação extrema ainda favorável e uma participação de que agendas como a privatização da Eletrobras têm mais chances de avançar são fatores que explicaram a calma do mercado financeiro brasileiro após a confirmação de que a reforma da Previdência foi abandonada, segundo integrantes da equipe econômica ouvidos pelo Valor. Do acordo com um dos interlocutores, o mercado brasileiro, em especial o de ações, é muito ligado ao comportamento das principais praças internacionais e com seus pares emergentes. (Valor)

CHINESA PODERÁ PAGAR MAIS R$ 2 BI POR CPFL
Uma das maiores aquisições recentes do setor elétrico, a compra da CPFL pela chinesa State Grid, poderá ter um valor ainda mais elevado. A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) rejeitou o preço oferecido pela companhia chinesa à CPFL Energias Renováveis, subsidiária do grupo CPFL Energia. O valor, de R$ 12,2 por ação, foi apresentado em uma OPA (oferta pública de aquisições de ações) -processo que era obrigatório para dar a oportunidade aos acionistas minoritários de escolherem se permanecerem no negócio com a nova controladora. (Folha)

PROPOSTA DE DECRETO QUE REGULAMENTA RENOVABIO ESTÁ NA CASA CIVIL
Está na Casa Civil uma proposta de decreto para regulamentar o programa Renovabio, acertada entre os ministérios de Minas e Energia (MME) e da Fazenda, segundo uma fonte próxima das discussões. O decreto proposto pelas duas pastas prevê a criação de um comitê formado por seis ministérios que deverá propor uma meta de redução das emissões de gases de efeito estufa no setor de transporte para dez anos, a partir de um levantamento técnico. (Valor)

LIDERANÇA DA BASE DEFENDE QUE CÂMARA NÃO VOTE TEMAS POLÊMICOS ATÉ MARÇO, INCLUSIVE ELETROBRAS
A despeito da pauta prioritária anunciada pelo governo e diante de constante movimentação com vistas às eleições de outubro, uma liderança da base do governo defende que o Legislativo não se debruce sobre temas polêmicos -incluindo a privatização da Eletrobras- até que o cenário político torne-se mais definido. O clima eleitoral já começa a contaminar o ambiente no Congresso e o cenário ainda incerto sobre quem será o candidato, ou candidatos, da base do governo traz um indesejado ambiente de instabilidade, avalia essa liderança, que pediu para não ser identificada. (Reuters)

MAIA NEGA TER DITO QUE NÃO HÁ VOTOS PARA APROVAR PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS ESTE ANO
O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), negou nesta quarta-feira ter dito que não há os votos necessários para aprovar a privatização da Eletrobras neste ano: "Não é verdade", disse Maia em mensagem à Reuters quando indagado sobre relato publicado em um blog de que teria feito a afirmação sobre falta de votos em uma reunião na manhã desta quarta-feira. (Reuters)

CAPACIDADE INSTALADA DE ENERGIA EÓLICA ENCOSTA NA DE ITAIPU
Passados menos de dez anos do primeiro leilão de energia eólica no Brasil (2009), a capacidade instalada do País atingiu nesta semana 12 gigawatts (GW), quase o mesmo volume gerado pela maior hidrelétrica brasileira, Itaipu, com 14 GWh, e bem perto da França (13,7 GW), sétima colocada no ranking mundial de capacidade instalada. O Brasil está em oitavo lugar, segundo ranking divulgado no dia 15 de fevereiro pelo Global World Energy Council (GWEC). Em 2012, estava na 15ª posição. (Estadão)

voltar para o topo

ENERGIA

A **Agência INFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura recipds. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativos de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.
- **Serviço de Notícias INFRAEnergia é exclusivo e anonimo**. Ao clicarmos em seu currículo (distribuído aos RHs) não ficará armazenado no computador do cliente. Ao clicarmos em seu currículo (distribuído aos RHs) não ficará armazenado no computador do cliente. Ao clicarmos em seu currículo (distribuído aos RHs) não ficará armazenado no computador do cliente.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço contato@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de bancos de dados públicos ou de propriedade da mídia jornalística | TEA.
Imagens:
Sérgio Francisco/PSDB
Artes:

Equipe Agência INFRA
Dimmi Amora, Alfredo Junqueira, Cláudia Burgos,
Jade Abreu, Bernardo Gonzaga, Alessandra Duarte e Leila Coimbra.
contato@infra-br.com
www.agenciainfra.com
Copyright © 2017 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.